



Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI

Deputado(a) Luciana Genro

Altera a Lei nº 14.307, de 25 de setembro de 2013, que institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Estadual do Passe Livre Estudantil, fixando prazo máximo para os pedidos de adesão.

Art. 1º Na Lei Estadual 14.307, de 25 de setembro de 2013, em seu art. 2º, ficam acrescentados três novos parágrafos, que serão os §§ 2º, 3º e 4º renumerando-se o atual “Parágrafo único” para “§ 1º”, conforme redação que segue:

“Art. 2º ...

.....

§ 1º ...

.....

§ 2º Caso o pedido de concessão do benefício ainda não tenha sido decidido pela autoridade estadual responsável dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de encaminhamento do pedido pela entidade estudantil à referida autoridade, deverá ser automaticamente expedida uma autorização provisória para a plena fruição do benefício até a análise definitiva.

§ 3º O encaminhamento de que trata o § 2º gerará um número de protocolo que deverá ser enviado ao estudante solicitante pela autoridade estadual.

§ 4º Na hipótese de indeferimento do pedido de concessão do benefício após o uso provisório de que trata o § 2º, não será devido pelo estudante qualquer espécie de ressarcimento.”

Art. 2º Na Lei Estadual 14.307, de 25 de setembro de 2013, em seu art. 4º, ficam acrescentados dois novos parágrafos, que serão os §§ 2º, 3º e 4º renumerando-se o atual “Parágrafo único” para “§ 1º”, conforme redação que segue:

“Art. 4º ...

.....

§ 1º ...

.....

§ 2º Caso o pedido de concessão do benefício ainda não tenha sido decidido pela autoridade estadual responsável dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de encaminhamento do pedido pelo município à referida autoridade, deverá ser automaticamente expedida uma autorização provisória para a plena fruição do benefício até a análise definitiva.



Estado do Rio Grande do Sul

§ 3º O encaminhamento de que trata o § 2º gerará um número de protocolo que deverá ser enviado ao estudante solicitante pela autoridade estadual.

§ 4º Na hipótese de indeferimento do pedido de concessão do benefício após o uso provisório de que trata o § 2º, não será devido pelo estudante qualquer espécie de ressarcimento.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a pedidos de concessão de benefício cuja a análise final ainda esteja pendente de análise nesta data.

Deputado(a) Luciana Genro



Estado do Rio Grande do Sul

JUSTIFICATIVA

A Lei do Passe Livre Estudantil surgiu como uma resposta às demandas das manifestações de 2013, que reivindicavam, entre outras pautas, melhores condições no transporte público e na educação. Estudantes de diversas regiões do Rio Grande do Sul utilizam o transporte público para chegar até a capital, já que é o polo de estudantes da região, com duas universidades federais, universidade estadual e diversas privadas que dispõem de bolsas PROUNI e FIES, além de financiamento próprio.

No entanto, o direito adquirido não está sendo garantido como determina a Lei. Estudantes têm esperando entre 30 e 90 dias pela análise de seus pedidos de concessão do benefício. Nessa espera, precisam arcar com os custos elevados da passagem, o que leva muitas vezes à falta e até à desistência no caso daqueles que não possuem a condição de pagar pelo valor todos os dias.

O ônus da falta de eficiência na liberação do passe livre não pode ser dos estudantes, que muitas vezes correm o risco de perder a bolsa de estudos, como é o caso do ProUni. Por essa razão, o projeto propõe que, enquanto estiver o pedido pendente de análise, o estudante possa desde já usufruir do benefício. A lógica é a mesma já usada em diversos outros procedimentos administrativos, sendo muito comum em casos de licença.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2024.

Deputado(a) Luciana Genro

Assinado eletronicamente por:
Luciana Genro
CPF: ***.523.700-**
Data: 01/04/2024 15:37:36 -03:00

nPaper

Esse documento foi assinado por Luciana Genro. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate/APCPM-GCF86-CD4ZN-LFYPL>



<http://www.al.rs.gov.br/>



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: APCPM-GCF86-CD4ZN-LFYPL

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ Luciana Genro (CPF ***.523.700-**) em 01/04/2024 15:37 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.179.62.19	Lat: -30,035149 Long: -51,232768
	Precisão: 868 (metros)
Autenticação	ALRS-PROD
Aplicação externa	
ZfX8YfFdxCSgmJdALjXiCtuljXWAqpxiYYaWHzi+/yA=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate/APCPM-GCF86-CD4ZN-LFYPL>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate>